



ESTADO DE RONDÔNIA

DIÁRIO

OFICIAL

DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nº 57

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2007

ANO XXV

SUMÁRIO

25ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SL

ATOS DIVERSOS

25ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA.
Em 03 de maio de 2007.

Presidência dos Srs.
Neodi Carlos- Presidente
Alex Testoni – 1º Vice-Presidente

Secretário
Jesualdo Pires – 1º Secretário

(Às 9 horas e 9 minutos é aberta a Sessão).

COMPARECEM OS SENHORES: Wilber Coimbra (PSB), Jesualdo Pires (PSB), Neodi Carlos (PSDC), Valdivino Rodrigues (PRP), Euclides Maciel (PSL), Alex Testoni (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Tiziu Jidalias (PMDB), Amauri dos Santos (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Chico Paraíba (PMDB), Luizinho Goebel (PV), Miguel Sena (PV), Valter Araújo (PL), Neri Firigolo (PT), Ribamar Araújo (PT), Maurão de Carvalho (PP), Maurinho Silva (PSDB).

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta 25ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura.

Solicito ao Sr. Secretário proceder à leitura da ata da Sessão anterior.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Procedendo à leitura da ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Sr. Secretário proceder à leitura do expediente recebido.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Procedendo à leitura do expediente recebido

EXPEDIENTE RECEBIDO

1 – TELEGRAMA Nº 000106/07 – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$24.362,50;

2 – TELEGRAMA Nº 000107/07 – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$35.000,00;

3 – TELEGRAMA Nº 000108/07 – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$2.256,48;

4 – TELEGRAMA Nº 000109/07 – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$2.256,48;

5 – TELEGRAMA Nº 000211/07 – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$255.834,58;

6 – TELEGRAMA Nº 000212/07 – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$2.256,48;

7 – TELEGRAMA Nº 000314/07 – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 126.700,00;

8 – TELEGRAMA Nº 000334/07 – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$2.256,48;

9 – TELEGRAMA Nº 000375/07 – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$52.367,20;

10 – TELEGRAMA Nº 000055/07 – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Prefeitura Municipal de Porto Velho, no valor de R\$7.789,94;

11 – TELEGRAMA Nº 000192/07 – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Prefeitura Municipal de Porto Velho, no valor de R\$48.669,64;

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Lido o Expediente. Passemos às Breves Comunicações.

Com a palavra por um tempo de cinco minutos sem aparte o ilustre Deputado Tiziu Jidalias.

O SR. TIZIU JIDALIAS – Ilustre Deputado Neodi, Presidente desta Casa, em seu nome cumprimento a todos os demais Pares que aqui se encontram, quero cumprimentar a imprensa presente, cumprimentar os amigos que estão na nossa galeria. Eu quero Sr. Presidente, na realidade fazer alguns agradecimentos. Inicialmente, em especial, citar o nome de alguns amigos, ontem infelizmente não tivemos oportunidade de falar, mas quero fazer os meus sinceros agradecimentos. Nessa terça-feira dia 1º, um dia muito importante, dia do trabalhador. Infelizmente ontem não foi possível nós falarmos um pouco mais sobre esse dia tão importante, mas eu quero fazer os meus agradecimentos ao Sr. Governador do Estado de Rondônia, Ivo Cassol. Esteve presente na minha querida cidade de Ariquemes, onde tivemos vários eventos, entre eles uma grande reunião à noite, onde estavam presentes alguns amigos parlamentares, foram todos convidados infelizmente nem todos puderam estar lá devido outros compromissos. Mas eu quero em especial agradecer o meu amigo Jesualdo, ao Alex Testoni, ao Tucura, Luizinho, ao Dr. Alexandre e também ao nosso Presidente Neodi que estiveram dando um grande apoio, juntamente com toda a administração municipal daquela cidade e do Prefeito Confúcio, tivemos uma longa conversa com o nosso Governador, atendendo inclusive muitas reivindicações que fizemos ali através do nosso Prefeito Confúcio. Então eu quero aqui fazer os meus agradecimentos ao nosso Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, Ivo Cassol.

E eu quero Sr. Presidente na realidade, ainda falando do dia do trabalhador, não poderia de forma alguma deixar de parabenizar três, os três mais idosos funcionários desta Casa, que é a funcionária Alzira Parente, cumprimentar a dona Carmem, que trabalha na Escola do Legislativo, quero cumprimentar também a dona Maria de Fátima de Sá, que todos esses funcionários, tendo a dona Alzira Parente, como também a dona Carmem que trabalha na Escola do Legislativo, como também a dona Maria de Fátima. Quero em nome desses funcionários da Assembléia Legislativa,

parabenizar, embora um pouquinho atrasado, mas quero parabenizar a todos os trabalhadores desta Casa, reforçar Sr. Presidente, aquilo que tenho falado aqui, todas as vezes que for necessário. Quero está ombreado e ser um parceiro desses funcionários que eu tenho visto trabalhando diuturnamente para trazer o bem estar desse Parlamento. Portanto eu quero em nome desses três funcionários que já citei, que são os três primeiros funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, em nome deles estender meus cumprimentos, em comemoração ao dia dos trabalhadores, a todos os trabalhadores que fazem parte deste Parlamento. Quero Sr. Presidente, na realidade, fazer essas breves comunicações. Agradeço pela oportunidade, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra pelo tempo de cinco minutos, o ilustre Deputado Miguel Sena.

O SR. MIGUEL SENA – Em primeiro lugar bom dia a todos, cumprimentar o nosso Presidente Neodi Carlos, em nome do qual cumprimento todos os colegas da Mesa Diretora, cumprimento os colegas Deputados, nobres Deputados aqui presente, público presente, imprensa aqui. Cumprimentar os funcionários da Casa, em nome do dia do trabalhador, dia 1º de maio, cumprimentar a todos os seguranças, todos os vigilantes, todo o pessoal do apoio, da parte administrativa. Enfim, todos os assessores de Deputados, chefes de gabinetes, pessoal da taquigrafia, todo o público da classe trabalhadora, classe essa por sinal que eu tenho sempre recebido alguns deles e me falavam da situação em que se encontram e até eu fiz um compromisso depois conversar com a Mesa Diretora, no sentido de que fosse reavaliado a situação dos servidores dessa Casa. Porque uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Uma situação são os servidores fantasmas, os servidores que não trabalhavam os servidores que usufruíam indevidamente dessa Casa e outra coisa são esses trabalhadores que a gente vê aqui no dia-a-dia, em momento, de trabalho em trabalho, de sala em sala, de cafezinho em cafezinho, de mesa em mesa, de vassoura em vassoura, de rodo em rodo. Então eu acredito que esse pessoal tem que ser tratado de uma forma bem diferenciada, de uma forma totalmente especial. É exatamente por isso que eu gostaria nesse momento de fazer o meu cumprimento a todos esses trabalhadores, principalmente dessa Casa de Leis.

Da mesma forma, gostaria também de usar essa Tribuna para registrar infelizmente o ocorrido ontem na cidade de Ariquemes, Tiziu, do falecimento inesperado do nosso grande companheiro, do nosso ex-secretário de Planejamento, pessoa que trabalhou conosco no Governo quando ele foi secretário, estávamos juntos, eu estou falando aqui Presidente, do nosso ex-grande companheiro, que Deus o tenha, Edmundo Lopez, ex-secretário de Planejamento do Governo do Estado, pessoa que prestou um grande serviço para o Estado de Rondônia, prestou um grande serviço, ao município de Ariquemes, infelizmente a nossa companheira Daniela não está aqui agora para ser mais uma testemunha. Gostaria, Tiziu, de pedir para que os colegas assinassem comigo essa Moção de Pesar para aquela família.

Estamos levantando toda a situação para fazermos uma Moção de Pesar àquela família que com certeza ontem e hoje estão passando por

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Adair Marsola
Divisão de Publicações e Anais - Domingos Sávio
Divisão de Taquigrafia - Elizete Oliveira Costa

O DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 05/83, ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia
Palácio Teotônio Vilela
 Rua Major Amarante, 390
 Arigolândia
 CEP 78.900-901 Porto Velho-RO

MESA DIRETORA

Neodi Carlos - Presidente
Alex Testoni - 1º Vice-Presidente
Miguel Sena - 2º Vice-Presidente
Jesualdo Pires - 1º Secretário
Chico Paraíba - 2º Secretário
Ezequiel Neiva - 3º Secretário
Maurinho - 4º Secretário

Controle geral de processamento: Domingos Sávio.
Controle de fluxo de documentos: Célia Aguiar
Correção Gramatical, Ortográfica e Redacional: Matias Mendes, Iris de Oliveira e Fátima Araújo.
Indexação e Processamento de textos: Sandra Almeida, Mariléia Azevedo, Juliana Antonia, Pedro Rocha e Fátima Albuquerque.
Revisão de textos: Maria do Socorro.
Revisão técnica final das sessões: Maria do Carmo e Edmilcia Fátima Martins.
Controle Digital e Diagramação: Ana Cristina Favacho e Robison Luz da Silva.
Distribuição e org. Anais: Terezinha Dias .

difícil momento da sua vida. Seria basicamente isto que eu queria usar esta Tribuna hoje para parabenizar todos os trabalhadores desta Casa e me solidarizar com a família do nosso grande companheiro Edmundo Lopes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Queremos em nome do Deputado Chico Paraíba, cumprimentar e agradecer a presença os Vereadores lá de Presidente Médici, o Dr. João Valdivino, Presidente da Câmara de Vereadores lá de Médici, também do Vereador Ailton Portiaga, também Vereador daquele município e do Sr. Adauto Ferreira da Silva, também Vereador de Médici.

Encerradas as Breves Comunicações passemos ao Grande Expediente. Com a palavra pelo tempo de 20 minutos, com aparte o ilustre Deputado Valter Araújo.

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. VALTER ARAÚJO – Senhor Presidente, Srs. Deputados, imprensa, Senhoras e Senhores. Senhor Presidente eu me escrevi porque no dia 16 a 20, nós estivemos no Estado de São Paulo, mas precisamente no Anhembi, na Convenção Geral da Igreja Assembléia de Deus, no Brasil, onde estavam ali presentes os Pastores Presidentes de todas as Convenções do Brasil, bem como os parlamentares do quadro de rol de membros da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, tanto estadual, quanto a nível federal, onde nós tivemos como pauta, Deputado Tiziu, a eleição da Mesa Diretora da CGADB, por mais um biênio, onde foi reconduzido o pastor José Wellington Bezerra, que já vai para 21 anos a frente da direção da CGADB e onde nós tivemos Deputado Ribamar, a discussão de temas que envolvem toda a sociedade brasileira, onde foi colocada em pauta a questão do aborto, a questão da redução da maioria penal, a questão da violência no Brasil e a posição da igreja enquanto igreja, enquanto instituição que tem tanto o seu papel de cunho religioso, quanto tem o papel de cunho social através de suas fundações, através das associações que são vinculadas e mantidas pela Igreja Assembléia de Deus no Brasil. Nós tiramos dali algumas pautas nestes debates onde a Igreja se coloca contrária a redução da maioria penal por entender que não basta apenas depositar meninos e meninas nas grandes cadeias públicas do Brasil, da forma precária que se tem hoje o sistema prisional brasileiro funcionando. Nós entendemos enquanto Igreja que é preciso haver por parte do Estado, e aí se incluindo a três esferas do Poder, deputado Miguel Sena, ações de base, ações de forma educacional, de forma assistencial, ações que ao invés de, apenas levar esses meninos para a cadeia possa dar a eles possibilidade de não irem para a cadeia, de não serem aliciados pelo mundo do crime. E a Igreja entende que tem um grande papel para desenvolver e vem desenvolvendo de forma ainda precária. Mas que se houver por parte do Estado brasileiro, em todas as suas esferas de Poder investimento e parcerias, tanto na questão educacional, em parceria com a Igreja, tanto nas questões da ressocialização que é o cumprimento da pena, até na questão e de usar como exemplo aqui o presídio mirim de Porto Velho dele, ser administrado já que ele foi feito, essa administração através da Fundação de Assistência Social que é a FAZER. Se for feito em parcerias com as Igrejas para poder trabalhar não apenas, Deputado Neodi, com esses meninos já presos, mas trabalhar com as famílias, Deputado Tiziu, desses meninos, para dar a eles a oportunidade de ter acesso à religião, de ter acesso à escola, de ter acesso a cursos profissionalizantes e muito mais do que isso, ao cumprir as suas penas teria a oportunidade de ter uma família os esperando de volta para poder lhe dar abrigo. Porque não adianta você prender o menino e depois que ele cumpre uma pena ali de forma precária que de ressocialização nada acontece, ele não tem uma família para receber ele de volta, ele vai voltar para rua, vai voltar a cometer os mesmos crimes ou até pior dos que já vinha cometendo. Da mesma sorte que a Igreja se posiciona contrária à questão do aborto, à questão da pílula do dia seguinte, que por mais que se faça essa grande discussão que se faz hoje a nível de Brasil, até na questão dos embriões. Na questão dos geneticistas e a própria Igreja Católica tem uma posição muito clara com relação a isso. A Igreja se posiciona contrária a todos esses métodos por entender que o único ser

capaz de tirar a vida é Deus, porque Ele é quem dá. E a Igreja é contra e deixa isso claro, de forma bastante expressa e já tem feito este encaminhamento até mesmo através da escola dominical que acontece todos os domingos pela manhã, em todas as igrejas, em todas as congregações da Igreja Assembléia de Deus e esses temas serão debatidos com mais frequência, com mais veemência pela Igreja na busca da conscientização e da orientação da nossa sociedade.

O Sr. Miguel Sena – Conceda-me um aparte?

O SR. VALTER ARAÚJO - Pois não nobre Deputado.

O Sr. Miguel Sena – Agradecer aqui o aparte ao nobre Deputado, nobre colega Valter Araújo. Parabenizar pelas suas colocações e pelas posições em que a Igreja que Vossa Excelência acompanha Deputado, tem se posicionado. Eu parabenizo e me sinto um pouco assim, mais incentivado a participar destas discussões, eu acho que essa Casa teria a obrigação de puxar esta discussão com a sociedade no Estado de Rondônia, uma vez que a gente entende e não quero aqui entrar na discussão do aborto, não quero entrar na discussão da pílula dos dois dias, mas entrar na questão da discussão da penalidade, da redução da penalidade processual. Uma vez que era muito, como é que podemos dizer assim, era muito complexa, por um lado vemos a situação educacional no Brasil vemos o Governo brasileiro, Governo Federal fazendo o quanto está incentivando as escolas, enquanto pagando cesta isso, cesta aquilo e por outro lado vemos também a necessidade do desemprego, a necessidade do emprego no Brasil. Mas a gente vê pela questão comunitária, a questão mais pessoal e a gente olha e vê os assassinatos que estão sendo feito no Brasil, a droga que está sendo feito no Brasil. Por quem está sendo feita? A gente dizer: - Ah! mas o menor foi preso lá, vendendo droga. É, mas ele foi preso vendendo droga por quê? Porque muitas vezes ele tem necessidade na casa dele de comprar o alimento para ele, o alimento para os pais dele e por outro lado têm os bandidos, os salafraios, os que realmente que não tem vergonha na cara que usam essas crianças, menores para fazer esse tipo de bandidagem. Então o quê a gente vê? A criança vendendo droga, a criança de 15, 16 anos ela tem dinheiro para comprar aquela droga? Não ela não tem, ela recebe de algum traficante essa droga para poder vender, e a gente fica pensando, criança vendendo droga? É uma questão, é uma questão para ser discutida. Agora quando a gente vê Deputado, as crianças fazerem o que fizerem com aquele bebê, de seis anos, se não me engano o João Hélio, o nome da criança, de seis anos de idade, um menor de 15, 16 anos dirigindo um carro, arrastar por seis quilômetros, sete quilômetros, oito quilômetros uma criança, ver a criança todinha ser esmagada e depois ver esse cidadão de 15, 16 anos, vai lá, ele tem direito para votar no deputado estadual, no vereador, deputado federal, senador dele, Presidente da República, no Governador, mas para ele matar uma criança de seis anos, para arrastar essa criança de seis anos por seis, sete, oito quilômetros ele não é responsável, vai na delegacia e imediatamente é solto. Então, realmente, essa é uma discussão, Deputado Valter, que merece ser trazida, merece ser mais amadurecida, para que nós, tanto nós parlamentares, como a sociedade civil em si saiba exatamente, o quê está fazendo. Então, realmente, eu acredito que essa situação da maioria, é uma situação para ser mais amplamente discutida e talvez quem saiba vir incluída de um plebiscito que está previsto a nível nacional. Obrigado Deputado.

O SR. VALTER ARAÚJO – Deputado Miguel, eu agradeço pelo aparte, eu quero com relação a esta questão da redução da maioria penal, quando vossa excelência coloca que um menino de 15, 16 anos é capaz de dirigir um veículo em alta velocidade, de fazer, de cometer uma atrocidade daquela, que ele também deve ser responsabilizado por aquilo. A Igreja não é a favor da impunidade, quem cometeu o crime tem que pagar pelo crime, o quê a Igreja defende é que o Estado precisa investir em políticas preventivas, política que evite que esses meninos cheguem ao mundo do crime, porque hoje, deputado Jesualdo, o caminho mais curto das nossas crianças é o caminho do crime, às vezes, mais curto do que o caminho da escola que não tem vaga, mais curto do que a fila do hospital

que dura três, quatro dias para marcar um exame, mais duro, mais longo, mais curto do que o caminho para conseguir fazer um curso profissionalizante o quê não é oferecido na maioria das cidades brasileiras. A miséria tem assolado, deputado Euclides Maciel, as nossas famílias e as nossas crianças e na maioria das vezes ficam expostos diante da sua fragilidade, diante da sua necessidade e aí é aliciado pelo crime, aí ele vai ser incentivado pelo bandido a cheirar cocaína, a fumar maconha e depois que estar viciado, vai ser utilizado pelo bandido como instrumento de roubo, como instrumento para cometer atrocidades (dar essa possibilidade que há, para a não penalização). E o Estado não pode apenas penalizar a criança, mas eu acho que a pena pior tem que ser para aquele que alicia menor, para aquele que o coloca no mundo do crime, que usa ele como instrumento para cometer as atrocidades e fica escondido, e não pegar essas crianças, e apenas, Deputado Miguel, enfia-las num presídio. É isso que a Igreja defende, que o Estado precisa investir em políticas preventivas e também na ressocialização que ele tem que aplicar a pena corretiva.

O Sr. Euclides Maciel – Deputado concede-me um aparte?

O SR. VALTER ARAÚJO - Pois não nobre deputado.

O Sr. Euclides Maciel – Obrigado pelo aparte nobre deputado, parabéns pelo tema, aliás, o Sr. tem colocados uns temas importantes, debatidos aqui. Mas eu gostaria de dizer que cadeia não recupera ninguém, cadeia, nesse sistema penitenciário que o nosso País tem, não recupera ninguém. O cara entra lá com roubo, sai com estupro, sai com tudo lá de dentro, o pior é isso. Mas eu quero citar uma coisa, Deputado Valter, essa semana, o Deputado Jesualdo sabe disso, tivemos o júri em Ji-Paraná, de um filho de um fazendeiro, não tem que tocar o nome do pai, pai não tem nada a ver com a imprudência de um filho de maior, o rapaz matou três pessoas que saiam de uma Igreja, três pessoas que saiam de uma Igreja, ele ia a 140 quilômetros por hora confirmada, matou Avó. Avó, e o netinho, morreram dentro do carro. Sabe quantos anos de cadeia pegou o cara? Nove anos, cumpre um 1/3, como ele é réu primário, nenhum dia de cadeia, nenhum dia. Sabe quem que foi preso? Os três que morreram, só. Agora eu pergunto, e se fosse um filho de um pobre, será que seria o mesmo? O que tem que mudar é a lei, essa lei que nós temos infeliz do nosso País, onde bandido tem mais razão do que um pai de família. Obrigado deputado.

O SR. VALTER ARAÚJO – Agradeço o aparte do nobre deputado. E eu concordo Deputado Euclides, com vossa excelência, que o que precisa ser visto, a nossa legislação penal ela é muito branda na maioria dos casos e requer uma revisão urgente, onde se possa estabelecer novos critérios de penalizações. E para concluir Sr. Presidente, na oportunidade foi debatido ainda a questão de uma lei que tramita no Congresso Nacional, que trata do casamento dos homossexuais, da união de pessoas do mesmo sexo, onde a Igreja também se coloca, veementemente, contra isso, por princípios bíblicos e doutrinários, a própria Igreja Católica também tem essa mesma posição, e está se buscando a nível de Brasil hoje, não só a nível de Assembléia de Deus, mais de todas as denominações Evangélicas do Brasil, levantar, Deputado Tiziu, um grande clamor no Brasil, buscando sensibilizar o Congresso Nacional a partir dos deputados ligados às Igrejas Evangélicas, para que nós possamos realmente, mostrar ao Brasil que as Igrejas Evangélicas estão mobilizadas, que nós precisamos nos ater a todas essas questões dos nossos princípios bíblicos, de toda essa questão religiosa, porque nós entendemos, enquanto Igreja, que o quê o Brasil mais precisa, hoje no Estado de Rondônia não é diferente, é de religião. As pessoas precisam se aproximar de Deus, porque as pessoas que se aproximam de Deus, as pessoas que têm essa possibilidade de ser alcançadas pelo poder transformador do Evangelho, embora que fossem no passado, traficantes, assassinos, que seja qual for a sua condição de vida, a partir desse momento ele tem a sua vida mudada, e transformada. E nós temos aí milhares de exemplos espalhados pelo Brasil, como nós temos aqui em Porto Velho, que pode servir de exemplo, aqueles meninos que cantaram aqui, quando demos aquela Moção de Aplauso ao Pastor Joel Holder, pela passagem dos 92 anos da Assembléia de Deus, que outrora eram drogados, outrora eram pessoas que estavam

jogadas pelas calçadas, pela sarjeta, excluído do convívio familiar e social, e que a partir desse encontro com Cristo, se transformaram e estão aí retornando a sua vida cotidiana, buscando o retrato da sua cidadania, da sua dignidade. Assim como é feita com a Missão Kadoshi, lá em Ariquemes, que vossa excelência, Deputado Tiziu conhece muito bem o trabalho que é feito ali e que é um trabalho de suma importância para a sociedade brasileira e do Estado de Rondônia.

Então eu gostaria com essas informações chamar a atenção desta Casa, para que nós pudéssemos estar com o nosso olhar deputado Miguel Sena, atentos para as ações que as Igrejas desenvolvem no seio da nossa sociedade do Estado de Rondônia e do Brasil, que nós possamos ser parceiros dessas ações, e que possamos deputado Neodi, como vossa excelência colocou ontem e eu quero fazer um apelo a vossa excelência. Que aquele projeto do deputado Neri Firigolo, seja trabalhado por vossa excelência como nosso Líder maior nessa Casa, para que o Governo mande aquela proposta, para que nós possamos facilitar o acesso das Associações e das Fundações ligadas às Igrejas Evangélicas ou de qualquer cunho que seja, para que elas tenham acesso aos recursos públicos para fazer esses investimentos em todas as ações sociais que é de interesse do Estado de Rondônia também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra pelo tempo de vinte minutos, com apartes, o ilustre deputado Tiziu Jidalias.

E nós queremos registrar a presença nas galerias desta Casa, do Vereador Aduato e o Vereador Joãozinho da CAERD, também, de Presidente Médici.

E também o Dejacir, de Ministro Andrezza, em nome do deputado Chico Paraíba.

O SR. TIZIU JIDALIAS – Senhor Presidente, nobres Deputados. Mais uma vez eu cumprimento a todos vocês, cumprimentar a imprensa presente, quero cumprimentar todo o público que ora nos assiste, que acompanham todos os trabalhos dessas sessões.

Quero Sr. Presidente abordar um assunto, alguns assuntos, mais entre outros, dar foco a um assunto que nós temos falado por diversos lugares do nosso Estado e que ele precisa, realmente, continuar sendo explorado este assunto, porque ele é de grandioso interesse para o desenvolvimento do Estado de Rondônia. Nós temos, Sr. Presidente, falado ultimamente muito sobre a transposição. E aí se fala em várias PECs. Por último, lá em Brasília, nós já ouvimos falar até da PEC 200, que é de autoria do nobre e ex-deputado Nilton Capixaba, que também nos acompanhou lá em Brasília.

E eu quero Sr. Presidente, falar um pouquinho, não da transposição, mas falar dos benefícios, na realidade, que essa transposição pode dar ao Estado de Rondônia, além é claro, dos grandes benefícios que traz diretamente a cada cidadão que automaticamente passará a ter um salário mais digno, mais justo para uma sobrevivência familiar. Mas eu quero Sr. Presidente, falar sobre essa economia no caixa do Estado, que poderia acontecer com essa transposição, somado a essa economia que a Assembléia Legislativa tem feito de muito esforço, com muito trabalho, para realmente vê o dinheiro público sendo realmente aproveitado da melhor forma possível. E eu quero Sr. Presidente, abordar esse assunto, porque na realidade o Estado de Rondônia, todos nós já sabemos, é um Estado muito novo, um Estado jovem, de apenas vinte e poucos anos, e que na realidade nos faz até lembrar daquela música de Fábio Júnior – 'Ainda lembramos dos vinte e poucos anos...' O Estado de Rondônia é um Estado que está pronto para o desenvolvimento. Eu não me canso de falar, do quanto acredito nesse Estado e acho que nós temos como obrigação que somos representantes desse Estado, de colocarmos ele cada dia mais neste eixo de crescimento, para que possamos ser observados e enxergados por todo o nosso País, pelas grandes autoridades do nosso País. Senhor Presidente, nós temos uma herança maldita, que é a herança do velho e antigo Banco BERON. Uma herança que custa hoje para os cofres do Estado R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), todo o mês o Estado de Rondônia tem que tirar, do leite de poderia comprar para uma família carente para sustentar os seus filhos nós temos tirado para poder pagar a dívida do antigo BERON. Senhor Presidente recursos que

poderíamos estar investindo em áreas sociais tão importantes para o desenvolvimento de nosso Estado, nós estamos tirando para pagar a dívida do BERON, é uma dívida, e repito de dez milhões de reais por mês, que tem saído do caixa do Estado de Rondônia, para pagar, para a União e que na realidade nós sabemos onde vai parar o dinheiro, porque certamente ele não tem retornado para o Estado de Rondônia. Senhor Presidente eu estava aqui fazendo, conjecturando, viajando, na realidade, ainda dentro dos meus sonhos como vocês mesmos já me apelidaram de "pássaro sonhador", eu estava sonhando Senhor Presidente, meu amigo Jesualdo, meu amigo Wilber esta dando risada ali, mas eu estava pensando, nobre colega Miguel Sena eu estava pensando, imagine dez milhões de reais nas mãos do nosso querido Governador, "mão de vaca" do jeito que ele é que sabe realmente meu amigo Alex Testoni aproveitar os recursos públicos, imaginem ele, com dez milhões de reais, para construir escolas. Eu estava pegando o exemplo 'escola' que foi construído lá em Ariquemes agora, uma "escola pólo" que foi construído na zona rural, ela tem capacidade para 800 alunos". Essa "escola pólo" na realidade, foi construída com R\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), então imaginem vocês dez milhões de reais que são pagos para a União da antiga dívida do Banco BERON, poderia dar para construir 750 escolas por mês. Então imaginem vocês o benefício que poderia dar cada escola desta. Poderia estar dando ensino de ótima qualidade para 800 alunos, ou seja, uma escola terá a capacidade para agasalhar 800 alunos e nós temos condições com esse dinheiro de estar realmente atendendo a 750 novas construções de escolas para darmos ensino para os nossos alunos do Estado de Rondônia. Imagine, Senhores Deputados, o que dez milhões poderia fazer e trazer de benefício para o Estado de Rondônia. Imagine nobres Deputados Neodi, Presidente desta Casa que eu quero, mais uma vez parabenizá-lo pelo grande trabalho, Presidente, que o Sr. tem feito nesta Casa e sei que o Sr. compartilha desses pensamentos que eu estou aqui dizendo, porque vejam bem, na realidade se nós tivéssemos aproveitando esse dinheiro, aliás, eu errei em um número aqui, me desculpe deixa eu corrigir para não ser corrigido por V. Ex^{as.}, deixa eu corrigir aqui a minha imprensa se não já começa vir pancada. Na realidade os dez milhões de reais dariam para construir 20 escolas, é que as minhas vistas, eu acho que eu vou precisar um óculos também, viu meu amigo Deputado Alex Testoni. Dariam para construir 20 escolas no valor de 500.000 mil cada uma, para darmos suporte a 800 alunos cada escola. Mas eu quero dizer Nobre Deputados, antes de conceder aparte aqui para o nobre Deputado Miguel Sena. Dizer que nós poderíamos também estar construindo nobre Deputado Neodi, 750 casas populares a exemplo daquelas casas que estão sendo feitas em Machadinho do Oeste, nobre Deputado Neodi cada casa popular no valor de R\$13.000,00 (treze mil reais) poderíamos estar construindo novas 750 casas populares, todos os meses com dez milhões de reais que nós temos dado para pagamento dessa antiga dívida do Banco BERON, eu costumo dizer que é uma herança maldita que nos deixaram. Quero dar o aparte do Nobre Deputado Miguel Sena.

O Sr. Tiziu Jidalias – Permita-me um aparte?

O Sr. Miguel Sena – Muito obrigado Deputado Tiziu pelo o aparte.

Parabenizar pelo tema trazido deputado, mas uma vez dizer que com esses dados que V. Ex^{a.} têm em mãos e com os dados que nós também temos em mãos do dinheiro possivelmente desviados dos cofres públicos, e aqui, diga-se de passagem, essa Casa tem uma grande prova disso a respeito dos desvios das passagens que houvera aqui nesta Casa, que estão sendo levantados e vários outros desvios que houveram nesta Casa. Dizer ao nobre colega que deveria também o Governo do Estado e essa Casa de Leis, também poderia levantar, e aí eu digo com conhecimento de causa que eu tive acesso e tenho acesso aos devedores do BERON, que na realidade o pessoal fala, quem falhou o BERON? Foram os pequenos comerciantes? Os pequenos agricultores? Não, na realidade Deputado Tiziu, quem falhou o BERON e quem é responsável por grande parte desta dívida do BERON, são exatamente os políticos do Estado de Rondônia. Alguns deles ainda continuam na carreira política, outros já se aposentaram, outros estão bem de vida, aplicaram o dinheiro em detrimento público,

outros gastaram indevidamente, estão aí em situação precária, mas na realidade Deputado a verdade tem que ser dita, infelizmente a classe política do Estado de Rondônia deixou a desejar, e esta dívida do BERON não tenha dívida, deputado, colegas deputados que a grande parte dela pelo menos 80% dessa dívida foi contraída, e foram colocadas nos bolsos dos políticos do Estado de Rondônia. Obrigado.

O Sr. TIZIU JIDALIAS – Eu quero que inclua o aparte do nosso nobre Deputado Miguel Sena no nosso discurso. Continuar Srs. ainda dizendo, imagine dez milhões de reais todos os meses no caixa, do nosso Governo para investimentos dentro do Estado de Rondônia, dariam para comprar, nobres deputados, 250 novas ambulâncias todo mês, dez milhões de reais que têm feito na realidade bastante diferença para o crescimento e sobre tudo, para o desenvolvimento de nossos cidadãos do Estado de Rondônia.

O Sr. Chico Paraíba – Conceda-me um aparte, Deputado?

O Sr. TIZIU GIDALIAS – Tem o aparte Nobre Deputado.

O Sr. Chico Paraíba - Eu queria dizer para o Deputado, meu grande companheiro, do meu Partido. Que de fato sonhar é preciso, mas que as coisas a gente tem que colocar às claras o grande problema de nós políticos é o que nós desmoralizamos a nós mesmos, os próprios políticos. Eu fui relator da CPI, de diversas CPIs importantes aqui nessa Casa. E todo mundo sabe que na maioria dos políticos a gente que destrói os próprios políticos para a gente crescer e isso não é bom para ninguém.

O grande problema da dívida do BERON quem criou foi o Governo Federal, o Governo Federal quando fez a intervenção no Estado de Rondônia, então na medida em que ele interveio ele passa assumir tudo, você sabe que houveram aplicações de dinheiro, ou seja, uma flexibilização do BERON em São Paulo, onde o BERON entrou numa 'roleta russa' e que a responsabilidade maior é só alguém ver quem tiver acesso a documentação, que foi o próprio Governo Federal através da intervenção, que disse que vinha sanear o Banco e de fato a intervenção veio prejudicar, porque criou cargos inclusive em São Paulo e outras coisas mais. Então a verdade, é que por isso, se já tentou discutir essas vezes no Congresso Nacional, porque se eu sou interventor eu passo ser o responsável. E foi diversas vezes, a grande maioria dos recursos, ou seja, duplicada, triplicada, dez vezes mais do que se tinha antes. Então a responsabilidade verdadeira é do Governo Federal, porque ele estava na Intervenção. É claro que se nós analisarmos por isso que está no Congresso Nacional, nenhum dos governadores teve a coragem de acionar o Governo Federal na Justiça...

(Às 10 horas e 2 de minutos o Sr. Neodi Carlos passa a presidência do Sr. Alex Testoni).

Todas às vezes, e todos os Governos, Deputado Tiziu, disse: - eu vou entrar na Justiça. Protocola e depois por pressões do próprio Governo Federal o pessoal tira a ação na justiça. Mas, é só ver, eu tive a oportunidade de participar de diversas CPIs, tive inclusive, acompanhando a questão, a dívida do BERON, de fato, grande caos. Foi através da intervenção do próprio Governo Federal que não assumiu a sua responsabilidade. Então, esta é que é a verdade. E, eu tive em outros mandatos, diversas vezes, em Brasília, tentando com os governadores, inclusive no Governador Bianco, depois veio o próprio Governador Ivo Cassol, no mandato anterior, dizendo que iria acionar o Governo Federal na justiça. Mas, hoje a gente vive numa pressão desgraçada porque sempre a pressão vem daquele que tem o poder maior.

Então, a responsabilidade é do Governo Federal, essa dívida do BERON que diz que agora acharam os processos, era exatamente isto, provando para o Governo Federal que foi a intervenção que de fato fez com que a dívida do BERON aumentasse assustadoramente. E, o Governo Federal que foi seu Interventor em vez de assumir a responsabilidade, jogou a responsabilidade para o Estado, e isto só será resolvido, Deputado

Tiziu, daqui há diversas gerações. E, sabe quando? Quando alguém tiver a coragem de acionar o Governo Federal na justiça. Obrigado.

O SR. TIZIU JIDALIAS – Quero conceder um aparte ao nobre Deputado Neodi.

O Sr. Neodi Carlos – Obrigado, Deputado Tiziu, pelo aparte. Parabéns pelo tema. Não tenha dúvida que é um tema importante, porque trata diretamente das finanças do Estado de Rondônia, e, principalmente, um ralo de dinheiro que todos os meses, Deputado Valter, Deputado Luis Cláudio, que todos os meses vai embora do Estado de Rondônia, o dinheiro, esse, que V. Ex^a. colocou com muita propriedade que poderíamos estar fazendo a diferença, aqui no Estado de Rondônia. Poderíamos, estar dando uma condição de vida melhor àquelas pessoas que muitas vezes, não têm uma condição de construir a sua casa, enfim, tantas coisas que daria para fazer com esse dinheiro. E, quero fazer minhas, as palavras do Deputado Chico Paraíba, na verdade a culpa desse ralo, desse grande ralo, que tem hoje aqui no Estado de Rondônia essa dívida impagável, é do Governo Federal. Há época o Governo Federal, se não me engano, foi o Fernando Henrique Cardoso, na época o Presidente da República, veio à Rondônia e colocou uma intervenção, famigerado, RAET, na época, é um Órgão do Governo Federal, que veio e encampou o BERON uma dívida que era menor que R\$50.000.000,00 quando eles acabaram a intervenção a dívida era mais de R\$500.000.000,00, e por isso, hoje, a responsabilidade é do Governo Federal. E, nós precisamos, realmente, a Bancada Federal e nós Deputados temos o direito de cobrar para que esse dinheiro seja devolvido aos cofres do Estado de Rondônia ou pelo menos que cesse o pagamento dessa dívida para que nós possamos, realmente, ter essa capacidade de investimentos. Ontem, nós falamos aqui, também, a questão da transposição, que o Estado do Amapá e de Roraima conseguiram. Então, realmente, o Estado de Rondônia vem sendo penalizado há muitos anos. E, ainda consegue crescer, porque nós temos hoje um Governo sério, um Governo que tem aplicado corretamente o dinheiro da arrecadação dos impostos que nós pagamos no dia a dia. V. Ex^a. imagine se nós tivémos aqui, Deputado Chico Paraíba, este dinheiro todo o mês, aqui no Estado de Rondônia para investimento. Pode ter certeza que este Estado de Rondônia em pouco tempo será um dos maiores e melhores Estados da Federação Brasileira. Para mim hoje o Estado de Rondônia já é o melhor, porque eu moro aqui e amo este Estado, para mim o meu Estado é o Estado de Rondônia, e por isso nós temos obrigação de defender o Estado de Rondônia. E, precisamos cobrar dos Senadores, dos Deputados Federais uma posição firme em relação a isto. E, infelizmente é desaparecido o processo do BERON. Tinha desaparecido. Ficou praticamente, Deputado Ribamar, um ano este processo desaparecido, ninguém sabia onde estava este processo. Foi encontrado este processo, o Deputado Expedito Júnior, juntamente, com o restante da Bancada estão trabalhando nesta questão em Brasília, e eu acredito que esta semana, no mais tardar semana que vem está sendo nomeado um novo relator para que faça o relato da questão dessa dívida, que faça uma análise, e se vai ser encontrado os autos, desse processo, Deputado Tiziu, realmente, que o Estado de Rondônia não deve esta dívida, que é uma responsabilidade do Governo Federal. Até porque quem fez com que uma dívida de R\$45.000.000,00 em pouco mais de um ano passasse para mais de R\$500.000.000,00 foi o Governo Federal, foram os interventores. Então, eles que, realmente, são os responsáveis, e nós precisamos, reivindicar e cobrar esta dívida.

Parabéns Deputado Tiziu pelo tema que V. Ex^a. levantou hoje nesta manhã. Muito obrigado pelo aparte.

(Às 10 horas e 11 minutos o Sr. Alex Testoni passou a presidência ao Sr. Neodi Carlos).

O SR. TIZIU JIDALIAS – Muito obrigado, senhor Presidente, e eu gostaria que incluísse o aparte do nobre Deputado Neodi, também do nobre Deputado Chico Paraíba em nosso discurso.

Continuando, ainda falando, R\$10.000.000,00, R\$ 10.000.000,00 poderia, fazer a grande diferença dentro do Estado de Rondônia, porque, nós estamos falando de uma seqüência de

R\$10.000.000,00 todos os meses. Eu tenho visto e ouvido, incansavelmente, o Governador Ivo Cassol defendendo e falando, realmente, tudo isso que agora os nobres Deputados acabaram de confirmar. Por uma intervenção do Governo Federal nos penalizaram por uma dívida perpétua. Porque o Estado de Rondônia não tem condições de pagar esta dívida. Mas, nós temos uma coisa que temos condições de fazer que é de reivindicar os nossos direitos. Quantas vezes, nobres Deputados, forem necessárias irmos até Brasília para sensibilizarmos o coração, para sensibilizarmos os nossos políticos em Brasília, unirmos as nossas forças. Nós não estamos e nem queremos, não é o momento para fazermos críticas A ou a B, mas precisamos juntar o Governo Federal, O Governo Estadual, Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, nós precisamos unir as forças da classe política do Estado de Rondônia junto à força que existe em Brasília para que juntos possamos, realmente, dar um real crescimento ao Estado de Rondônia. Nobre deputado Ribamar.

O Sr. Ribamar Araújo – Muito brigado pelo aparte, nobre Deputado.

O Sr. muito brilhantemente traz um tema muito importante no dia de hoje nessa Casa. E, alguns que lhe apartearam, aqui, falaram da culpa dessa dívida imensa que nós pagamos uma sangria imensa ao Estado de Rondônia todos os meses. Só que V.Ex^a. e os que lhe apartearam estão esquecendo, também, do grande prejuízo que foi a perda do emprego de mais de 1.500 funcionários daquela época. E eu lembro que estava de passagem por esta Casa, quando aqui assumi alguns dias ou alguns meses como Suplente e lamentei bastante quando este Banco, por culpa, e muito bem falou aqui um Deputado Miguel Sena, a culpa é da safadeza dos políticos que levaram, este Banco, que tinha a função, não só financeira, não só de fomentos mas acima de tudo uma grande função social. É a safadeza desses políticos. Mas houve acima de tudo, Deputado, a falta de coragem de um Governador que quando assumiu o Governo do Estado, o Banco tinha uma dívida de somente R\$38.000.000,00, qualquer homem de coragem, qualquer Governador de coragem só precisava estancar... e não deixar mais que político metesse a mão no dinheiro do BERON. Mas, ele com a sua falta de coragem, não teve a coragem suficiente, entregou o BERON para o Governo Federal. Aí, foi que veio o grande desastre, porque com essa famosa RAET, em seis meses multiplicaram a conta do BERON em 10 vezes, e, nós pagamos até hoje. Mas a culpa, também, é desse governador que não teve a coragem suficiente, porque na minha mão jamais um banco deste teria quebrado. Muito obrigado, V. Ex^a.

O SR. TIZIU JIDALIAS – Quero pedir que, por favor, inclua o aparte do nobre Deputado Ribamar, no nosso discurso que foi muito brilhante, também, as suas colocações. Dizer, ainda, nobre Deputado Luis Cláudio, antes de lhe passar aqui também um aparte, que R\$10.000.000,00, tem feito uma grande diferença todos os meses para a nossa sobrevivência e para o nosso bem-estar dentro do Estado de Rondônia. É por isso que todas às vezes que me refiro a dívida do velho e antigo BERON, eu sempre falo como na realidade uma herança maldita que nos deixaram e que infelizmente hoje nós temos que administrá-la. Serviria nobre Deputado Luiz Cláudio, para comprar 300 viaturas nobre Deputado Wilber, para poder entregar para os seus policiais que V. Ex^a. tanto fala aqui, para os nossos queridos policiais do Estado de Rondônia. De repente para o nosso Governador atender um grande desejo dele que eu já o ouvi falando do grande desejo que tem de reestruturar o corpo de bombeiro dentro do Estado, daria nobre Deputado Luizinho, para comprar 300 novas ambulâncias, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) todos os meses. Então é esta a diferença que R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) tem feito nos cofres do Estado de Rondônia, repito, da nossa herança maldita do antigo e velho BERON - Banco BERON. Está com a palavra o nobre Deputado Luiz Cláudio.

O Sr. Luiz Cláudio – Eu quero Deputado Tiziu, também apoiar as palavras do Deputado Ribamar. Eu acho que na vida pública nós não podemos deixar as pessoas, principalmente governantes assumir cargos executivos que não tenham condições de defender o patrimônio público,

de defender o seu Estado, não é só o BERON, são tantas outras instituições, estão culpando no BERON houve intervenção Federal. Mas e a CAGERO? E o IPERON? Que o Governador Cassol assumiu agora no primeiro mandato não tinha um cruzeiro lá para pagar a aposentadoria dos servidores. A ENARO? A EMATER, que quase quebraram, faliram? Foi recuperada agora, começou, e hoje graças a Deus tem condições de trabalhar. Então na verdade, Deputado Tiziu, o Executivo ele não pode ser frouxo, ele tem que ter o perfil de defender o seu patrimônio, o Estado de Rondônia está recuperando as suas finanças, mas o povo realmente sofreu muito tempo. O Estado de Rondônia hoje é um dos Estados que mais crescem economicamente está entre os três que apresenta o melhor PIB do País, o Governador Cassol nunca atrasou salário, o Governador Cassol vem ajudando todas as Secretarias do Estado. Então na verdade, o Deputado Ribamar tem razão. Nós, quando assumimos um Governo, temos que defender o Governo e não entregar de qualquer jeito para o Governo Federal.

São tantas instituições, eu escuto servidores do BERON hoje lamentando a situação de pessoas que doaram o seu sangue o seu suor no Estado de Rondônia e hoje estão aí desempregados passando dificuldades. Parabéns pelo discurso.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Eu queria só informar ao Deputado Tiziu, que o tempo já está estourado Deputado.

O SR. TIZIU JIDALIAS – Que pena não é Presidente. Mas que quero agradecer o nobre Deputado Luiz Cláudio, pedir que inclua o seu aparte em nosso discurso é uma pena Presidente que eu não posso continuar discorrendo a nossa lista que ainda são muitos assuntos, mas eu prometo retornar, eu prometo retornar este assunto a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Vossa Excelência está inscrito nas Comunicações Parlamentares, com certeza vai conseguir falar mais alguma coisa.

O SR. TIZIU JIDALIAS – Porque entendo que é realmente de interesse do Estado. Só quero Presidente, parabenizar na realidade lembrar, hoje é o Dia Municipal da Liberdade de Imprensa, e eu quero aproveitar e parabenizar toda a imprensa do nosso Estado de Rondônia, em nome é claro da nossa imprensa desta Casa que tem feito um belíssimo trabalho, é o Dia Mundial da Imprensa, e eu quero aproveitar em nome da imprensa aqui da nossa Casa, parabenizar a todos vocês que são comunicadores e que levam as informações para o nosso povo. Muito obrigado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Quero registrar a presença do Sr. Jaime Cândido Ferreira, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio Crespo, também do Vereador Nilton Gonçalves Silva, popularmente Militão, do Vereador lá de Ministro Andreazza. Com a palavra por um tempo de 20 minutos com apartes o Exm^o. Deputado Jesualdo Pires.

O SR. JESUALDO PIRES – Senhor Presidente Chico Paraíba, Srs. Deputados, eu quero cumprimentar em primeiro lugar os Vereadores de Presidente Médici, na nossa cidade vizinha, os Vereadores Adalto, Ailton e o João, prazer estarem aqui. E eu gostaria hoje Sr. Presidente de tratar de dois temas, o primeiro é a questão que falei há pouco mais de 20 dias atrás nesta Tribuna, sobre a questão da ilegalidade, da inconstitucionalidade da cobrança da taxa de iluminação pública. Na época havia me reportado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, tinha me reportado ao Código de Defesa do Consumidor, quer dizer, é uma taxa ilegal, abusiva e que foi o princípio da isonomia tributária, ou seja, você faz uma cobrança em função do consumo que cada consumidor tem, em função do consumo particular, é uma cobrança abusiva porque a CERON impõe essa cobrança junto com a sua taxa, quando você vai pagar a sua taxa de iluminação pública, quando você vai pagar a sua taxa normal da sua residência, do seu comércio, ou da sua indústria, ou seja, se você não pagar a taxa de iluminação pública, ou a COSIP, apenas mudaram o tema

na Constituição de 2002, você não tem direito a utilizar a energia da CERON, ou seja, você é obrigado a pagar incondicionalmente de forma arbitrária e de forma impositiva. E tenho aqui uma notícia que extrai do site do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e que graças a Deus o nosso Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, deu, manteve a inconstitucionalidade da Lei que institui a contribuição por serviços de iluminação pública no Município de Ji-Paraná, no meu Município. Então, o Tribunal de Justiça de Rondônia, acompanhando já outros Tribunais do País, e quero parabenizar e congratular os nossos Desembargadores que de forma clara concisa e objetiva, já julgando esta questão, ou seja, a COSIP que é uma taxa que eu coloquei como abusiva, inconstitucional foi julgada pelo Tribunal de Justiça. E aqui eu vou ler alguns trechos da notícia em que extrai do site do Tribunal de Justiça em que diz: "Tribunal de Justiça mantém Inconstitucionalidade de Lei que institui Contribuição para o Serviço de Iluminação Pública". Note Sr. Deputado Tiziu, a importância dessa notícia.

"Não se adequa aos moldes do que prevê a Constituição Federal, acerca de contribuição para o custeio de serviço de iluminação pública, pelo município, de tributo a ser pago mensalmente, por prazo indeterminado, tendo como base de cálculo o consumo de energia constante da fatura, definida em Lei Municipal nº 1.200/02, de Ji-Paraná".

E eu fui muito claro quando coloquei isso, é inconstitucional a cobrança da taxa de iluminação pública, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais já condenou e determinou que a CEMIG fizesse essa cobrança da taxa de forma isolada na tarifa, na sua conta mensal, ou seja, você paga a sua tarifa de conta da sua energia e se quiser, se o consumidor achar que é conveniente pagar aquela taxa de iluminação pública tem outro código de barra na fatura, ou seja, o consumidor não é obrigado, embutido pagar aquela taxa de iluminação pública. Continuando, "com este entendimento os Desembargadores do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Rondônia, acolhendo o voto do relator Desembargador Sansão Saldanha, julgando procedente arguição de inconstitucionalidade nos autos da ação declaratória combinada com repetição de indébito, com relação à Lei Municipal nº 1.200/02 a qual instituiu o tributo Cota Comunitária de Iluminação Pública, no Município de Ji-Paraná. A inconstitucionalidade argüida por G.B.S. e R.T.S., são duas pessoas físicas que evidentemente o Tribunal por bem omitiu os nomes, havia sido reconhecido em juízo de Primeira Instância. O Município de Ji-Paraná apelou ao Tribunal de Justiça e a 1ª Câmara Especial, no feito de relatoria do Desembargador Sansão Saldanha, reconheceu a inconstitucionalidade, remetendo os autos ao Tribunal Pleno. E agora o mais importante, em seu voto, Sansão Saldanha fundamenta que a Constituição Federal autorizou que os Municípios instituissem contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP), mas no Município de Ji-Paraná, a Lei editada, "não guarda correspondência com os parâmetros constitucionais acerca da contribuição para o custeio da iluminação pública", ou seja, com a contribuição de melhoria e que, embora denominada de contribuição, o tributo tratado pela Lei Municipal com aspectos de taxa. De acordo com o relator os legisladores municipais passaram a editar normas que fizeram renascer, embora com o nome de COSIP, e isso eu disse naquele meu discurso anterior, as anteriormente denominadas taxas de iluminação públicas, que tiveram a cobrança declarada inconstitucional na maioria dos Tribunais Pátrios, e eu tinha relatado isso para vocês. O Desembargador Sansão Saldanha, diferencia em seu voto com base na doutrina a respeito do tema, as contribuições que se dividem em contribuição de melhoria, e contribuição previdenciária. A COSIP, criada pela Lei Municipal de Ji-Paraná se encaixa no conceito de contribuição de melhoria, posto que tem por objetivo remunerar investimentos realizados pelo Poder Público, a favor do bem-estar do contribuinte. Não se adequam ao referido conceito a estipulação de um valor mensal, calculado com base no consumo de energia do destinatário, a ser pago por prazo indeterminado conforme instituído pelo Município. Para o relator da arguição inconstitucionalidade a cobrança da COSIP, instituída pela lei nº 1202 de Ji-Paraná, não está revestido dos pressupostos atinentes a contribuições, foge da finalidade específica das contribuições que são execução de obras públicas para o melhoramento de imóveis. E que, além disso, a base de cálculo deve incidir sobre o custo da obra, e não sobre a prestação de serviço como ocorreu na hipótese. Situação diversa seria se a municipalidade promovesse a instalação dos

postos, da rede elétrica pública beneficiando moradores nas localidades específicas. Em seguida exigisse a restituição dos valores expedidos com benefícios concedidos especificamente alguns municípios, nos termos do procedimento seguido para a contribuição de melhoria, julga o Desembargador.

Então, senhores, aquela denúncia que fiz aqui a pouco mais, e que no outro dia, notem os senhores, Deputado Ribamar, quando fiz aquela denúncia do DNIT, vou aqui hoje encerrar a minha peleja com o DNIT.

O assunto em seguida que falarei, eu precisei de vinte e cinco dias para que o DNIT, me desse uma resposta, do porque das questões dos problemas dos buracos que eu vou tratar logo em seguida, e logo no outro dia a CERON prontamente de forma muito eficiente já colocou no site que eu estava equivocado, que a cobrança era legal, que era previsto na Constituição Federal. Então isso prova que no Tribunal de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia arguiu inconstitucionalidade na cobrança da taxa de iluminação pública no Município de Ji-Paraná. Deixo bem claro, o Município de Ji-Paraná. Espero que isso seja estendido para todos os Municípios do Estado de Rondônia, evidentemente que deva ser estendido para todos os Municípios do Estado de Rondônia. Então eu quero colocar muito claro essa lei é inconstitucional, e o Tribunal de Justiça nos colocou prontamente, e declarou inconstitucional a COSIP. Pois não Deputado Amauri dos Santos.

O Sr. Amauri dos Santos – O Sr. permite um aparte?

O SR. JESUALDO PIRES – Pois não.

O Sr. Amauri dos Santos – Olha eu fui Prefeito por dois mandatos, eu sei da dificuldade, o cidadão quer uma iluminação pública, e eu jamais poderia estar aqui falando: - não, é inconstitucional. Para o Município é muito ruim, porque a sociedade tem que pagar um pouquinho". Eu vou citar um exemplo: no Município de Jaru o executivo Municipal só porque falta a população da oitenta mil, e a iluminação da cento e vinte, e ainda, e ele não quer tirar quarenta mil, está uma escuridão, está apagando as avenidas apagando, é muito ruim. Porque o Município pelo que eu conheço o Deputado Chico, já foi Prefeito, ele não agüenta e uma cidade com iluminação pública toda iluminada no meu ponto de vista, que eu já administrei Jaru quatro anos e dez meses, é um negócio interessante fica muito bonito, e se deixar, tirou a taxa e que, que o Executivo vai alegar não tem dinheiro para pagar a iluminação pública. Não tem dinheiro, quem sofre é a população, é o aumento da criminalidade, é a população que não pode sair de casa a noite, é muito difícil. E isso eu estou lhe falando, na época que implantaram isso. Eu estou meio por fora, na época que o Congresso votou essa lei foi discutido até com o próprio Judiciário, mas essa taxa de iluminação pública.

Eu poderia estar aqui fazendo um discurso bonito, mas ela é importante para a sociedade, porque o Município não agüenta, a arrecadação própria é muito pouca, se não vai ser difícil para a população.

O SR. JESUALDO PIRES – Obrigado Deputado Amauri, eu quero deixar bem claro aos senhores Deputados que eu não sou contra a cobrança de uma taxa que possa suprir as despesas que as Prefeituras tenham, eu não sou contra a iluminação pública do Município, eu sou engenheiro, eu conheço a realidade urbanística de qualquer cidade, o que eu contestei e o Tribunal de Justiça está contestando é a forma como é cobrada essa taxa, é uma forma abusiva, a taxa de iluminação pública, a forma como ela é cobrada, ela é cobrada em função de um percentual em cima do seu consumo, e muitas vezes Deputado Amauri, o senhor como já foi Prefeito de uma cidade, muitas vezes sabe que na maioria das ruas do nosso Município, principalmente no interior inexistem o serviço de iluminação pública. A pessoa paga taxa sem ao menos receber a bem feitoria, mesmo sendo ilegal, a gente é obrigado a pagar uma taxa que não recebe o serviço em contra partida. Então eu quero parabenizar aqui o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, é uma demonstração de que tem acompanhado os anseios da população. E no caso do Município de Ji-Paraná foi declarada inconstitucional a lei que foi criada, hoje mudaram o nome, o nome bonito é COSIP, agora tem nome muito bonito, mas que na

verdade nada mais é do que a antiga taxa de iluminação pública que as pessoas são obrigadas a pagar, as pessoas são outorgadas a pagar e não recebem esse serviço em contra partida. Muitas pessoas não têm esse serviço na sua casa, não tem esse serviço nos seus bairros, e isto daqui tem que ser regulamentado de uma forma racional e legal.

Senhor Presidente para continuar o meu assunto falta alguns minutos ainda para eu encerrar o meu tempo, eu gostaria de abordar um tema que eu tenho falado todas as semanas aqui, é com a questão do DNIT. O DNIT, a questão dos buracos, os pequenos buracos, a falta de reparos, e eu quero aqui reconhecer, e eu sei eu acho que as pessoas tem que reconhecer quando as coisas começam a caminhar. Eu estive agora no Município de Cacoal, no sábado passado fui ao encontro do nosso Partido, PSB, e verifiquei que no trecho de Ji-Paraná até Cacoal, esse serviço que eu tenho reclamado está sendo executado, praticamente de Ji-Paraná até Cacoal. O Deputado Tucura que é de Cacoal é testemunha, eu vi equipes especializadas a serviço do DNIT, fazendo aqueles pequenos reparos, daqueles pequenos buracos que surgem. Então eu quero congratular o DNIT, dizer que estou esperançoso que o meu pedido, acredito que não tenha sido por mim que eles tenham sido feito isso. Mas de repente eu posso ter tido alguma contribuição para que eles agilizassem esse serviço. Porque a grande questão é que não se pode deixar um pequeno buraco da BR, se transformar numa cratera, pois não Deputado Tiziu Jidalias.

O Sr. Tiziu Jidalias – Deputado permita-me um aparte?

O SR. JESUALDO PIRES – Pois não.

O Sr. Tiziu Jidalias – Primeiro nobre Deputado Jesualdo eu quero parabenizar mais uma vez a V.Ex^a. que todas as vezes que vem a esta Tribuna sempre indo em defesa, realmente, do povo de Rondônia um trabalho brilhante que tem feito, e levantando hoje alguns assuntos de muita relevância nesta Casa. Primeiro lhe parabenizar já por esta primeira batalha não diria ganha, mas pelo menos com um parecer favorável da nossa Justiça entendendo realmente que os nossos cidadãos do Estado de Rondônia, estão sendo penalizados por uma imposição de uma taxa, na realidade de que temos que pagar, que na realidade não usufruímos deste serviço, portanto acho legítimo essa sua reivindicação, parabéns mesmo. E eu quero me congratular aqui com a sua palavra até para dar também uma demonstração, e como eu encabecei na realidade está luta junto com V. Exa. fazendo até um pacto para que sempre que fossemos a tribuna falássemos sobre a deficiência do DNIT, dentro do Estado de Rondônia, mas hoje realmente merece já nós reconhecemos que começou a mudar o perfil do DNIT, começou realmente dar uma atenção, não sabemos se é por esses nossos apelos incessantes aqui dentro da Assembléia. Mas o fato é que eu também viajei para alguns lugares no interior, já tenho visto um trabalho do DNIT, vi ontem uma matéria no Folha de Rondônia se não me falha a memória, já falando sobre a licitação do restante é que falta aqui dos quarenta quilômetros ali entre o Rio Preto até Ariquemes. Então o fato é que eu quero também aproveitar esta sua palavra, esse seu tema tão muito bem imposta essa manhã, e parabenizá-lo também, agradecer na realidade por todo este apelo que nós fizemos, e estamos vendo agora sendo realmente pelo menos uma parte dele já atendido, portanto só lhe parabenizar por mais esses grandes assuntos levantados nesta Casa.

O SR. JESUALDO PIRES – Obrigado Deputado Tiziu, eu gostaria que a Mesa pudesse incorporar o aparte do Deputado Tiziu á meu pronunciamento, e dizer que de fato o Deputado Tiziu sempre me apoiou, e está nos apoiando, sempre cobrando esse posicionamento do DNIT, e graças a Deus me parece que o DNIT, está conseguindo se encaixar, está conseguindo se planejar, está conseguindo fazer uma função que o DNIT precisa, ou seja, conservar nossa BR para que ela não fique tão lastimável, não fique tão cara para se restituir.

E agora para a gente encerrar o assunto eu evidente que estou congratulando o DNIT, mas com ressalvas. E agora eu vou partir para outra área que é a área realmente eminentemente de um Deputado que é a fiscalização, evidente que são recursos federais, mas eu vou estar muito atento á isso, vou estar muito atento à questão do sobre preço, e do

superfaturamento das obras que são realizadas no Estado de Rondônia. Eu Deputado Tiziu, Deputado Luiz Cláudio, entrando no site do Tribunal de Contas da União, fiquei estarelecido, o site do Tribunal de Contas da União, fiquei estarelecido praticamente todas as obras do País, todas as obras com recursos Federais, e não quero dizer que só as obras federais, eu acredito que praticamente em todos os Estados e Municípios existam esse tipo de problemas, no Tribunal de Contas da União a relação das obras com indícios de irregularidades graves. Vou repetir, Tribunal de Contas da União relação das obras com indícios de irregularidades graves, e peguei apenas duas folhas Deputado Tiziu, que são algumas obras do Estado de Rondônia. E aqui vou relatar brevemente Sr. Presidente, a primeira Hospital Municipal de Cacoal um convenio de 1991 ainda, e todos sabemos, e quem é de Cacoal sabe há quanto tempo se arrasta aquela obra, construção do Hospital Regional de Cacoal quais são as irregularidades? Sub-rogação, e sub-contratação irregular sub-preço, superfaturamento, execução orçamentária irregular, Projeto básico executivo deficiente, inexistente com risco de dano ao erário, irregularidades graves concernente ao aspecto ambiental, a obra do Hospital de Cacoal. Construção de escolas de Rondônia, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, um contrato de 91, execução das obras de construção de duas unidades das escolas de primeiro grau integrados com quarenta sala de aulas, ginásio de esportes cobertos no bairro Eldorado e Juscelino Kubitschek em Porto Velho, superfaturamento, restauração das rodovias federais é aí que volta o DNIT, não basta tapar o buraco, não basta o DNIT fazer um serviço de tapa buraco. Aqui está um problema também grave contrato PG 133, restauração da BR 364 trecho Nova Vida ponte sobre o Rio Preto, sub-trecho km-469, km 568, demais irregularidades na administração do contrato.

Continuando, medição pagamento de serviços não realizados, ou seja, o DNIT autorizou pagamentos de serviços que não foram realizados, o Tribunal de Contas, aqui não é o Deputado Jesualdo que está dizendo é o Tribunal de Contas da União. Anel rodoviário de Ji-Paraná, o nosso anel rodoviário, da minha cidade se arrasta já há uma década. Sobre preço: superfaturamento convênio 143 do mesmo anel rodoviário, sobre preço e execução irregular de convênios. Aí vem as pontes, as famosas pontes em Porto Velho sobre o Rio Madeira e em Abunã que nem começaram, nem começaram, Deputado Valter Araújo, nem começaram e já tem indícios de irregularidades graves. A primeira construção da ponte sobre o Rio Madeira em Porto Velho, construção, terraplanagem, pavimentação, obras de artes, correntes especiais sobre o Rio Madeira na BR-319 Porto Velho e construção dos seus acessos, com extensão de 200m e celebração irregular de contratos, projeto básico executivo deficiente ou inexistente e irregularidades graves concernentes ao aspecto ambiental e a construção da ponte sobre o Rio Madeira em Abunã. Da mesma forma, irregularidades graves concernentes ao aspecto ambiental, projeto básico executivo, deficiente ou inexistente e celebração irregular de contrato.

Então notem, Senhores Deputados, a nossa preocupação e eu como engenheiro civil, é a questão dos grandes ralos que acontecem nas obras públicas desse País. Então, notem os senhores que as obras já começam, Deputado Tiziu, mal começaram as obras nas construções das pontes, sabe se lá se vão ser construídas ou não, mas elas já têm irregularidades graves. Então eu acho que a gente tem que ficar atento a isso, nós vamos ter uma grande audiência pública com os engenheiros do Estado de Rondônia agora no mês de maio nesta Casa de Leis junto ao CREA, junto ao Sindicato dos Engenheiros e a nossa grande preocupação é que passe a existir neste Estado a Engenharia Pública, da mesma forma que existe a Defensoria Pública, que é a parte do Direito que trata das questões públicas do Direito. Nós queremos criar em Rondônia a Engenharia Pública, ou seja, que a engenharia seja estendida para as pessoas menos favorecidas, as pessoas que não têm acesso a um profissional de engenharia e principalmente que os engenheiros e os técnicos da área da engenharia possam ter acesso e possam ter voz na discussão desses projetos, na discussão dessas licitações, na discussão dessas execuções que na maioria das vezes são feitas por pessoas fora da área da engenharia, muitas vezes são feitas por empresários que mal conhecem o ramo da

engenharia e que fazem todas essas barbaridades como coloquei aqui no Tribunal de Contas.

Isso são apenas alguns contratos, Deputado Tiziu, que eu levantei, são inúmeros, são centenas de contratos espalhados no Brasil inteiro. É uma pena e a gente como Deputado eu gostaria de conchamar todos meus colegas Deputados que fizéssemos esse grande esforço também para fiscalizarmos as nossas obras, que as nossas obras sejam feitas num preço adequado com qualidade, dentro do prazo estipulado, o grande custo das obras são obras paralisadas, a obra do anel viário de Ji-Paraná, ela se arrasta há quase 10 anos, já foram investidos milhões, mais muitos milhões de reais todos os anos e ela não sai daquilo. O hospital de Cacoal da mesma forma, um hospital que se arrasta há mais de 10 anos e não se tem uma finalização daquela obra. Então para finalizar, Senhor Presidente, eu peço esse apoio de todos os meus colegas, os Deputados, a imprensa também, principalmente a imprensa que fiscalize e tem sido um motivo de fiscalização muito forte para que as nossas obras realmente passem a ter qualidade, passem a ter um preço compatível com o mercado e principalmente que sejam finalizadas porque obra cara é aquela obra que não tem fim, aquela obra que não se acaba e não presta a finalidade a que foi atribuída.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Senhores Deputados, considerando o deferimento do requerimento nº 059/07 de autoria do ilustre Deputado Luiz Cláudio que requer a formação de uma subcomissão para acompanhar os trabalhos das Usinas do Rio Madeira solicitamos aos senhores Líderes de Bancada e blocos parlamentares que indiquem um Deputado de sua Bancada e bloco para a referida Comissão que será composta de 5 membros.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Passemos às Comunicações Parlamentares. Com a palavra por um tempo de 5 minutos, sem aparte, o ilustre Deputado Tiziu Jidalias. Aliás, fazendo uma correção. Nós vamos às Comunicações. Nós vamos fazer uma correção, na verdade nós invertemos a pauta. Nós vamos às Comunicações de Lideranças.

Com a palavra pelo tempo de 20 minutos sem aparte, o ilustre Deputado Líder do PPN, Luiz Cláudio.

COMUNICAÇÕES DE LIDERANÇAS

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Senhor Presidente, demais membros da Mesa, caros Deputados, quero aqui saudar a todo o público presente nas galerias, Vereadores de Jorge Teixeira, vereadores de Ministro Andreazza na pessoa do Nilton que estão presentes, Sr. Heitor, ex-prefeito de Vilhena também está presente aqui na nossa sessão.

Mas eu gostaria Sr. Presidente de dizer nessa Tribuna da minha solicitação ao Governo do Estado para abrir concurso público para o IDARON. O IDARON que é uma Agência de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, que vem fazendo um grande trabalho no Estado, tem mais de 63 escritórios, mais ainda é necessário fazer investimentos na infra-estrutura do IDARON em função das exigências internacionais que nós temos com respeito a questão sanitária.

Rondônia tem hoje um patrimônio de bilhões relacionados a questão da pecuária e sem sombra de dúvida a política de incentivo industrial que o Estado hoje oferece, são muitos frigoríficos se instalando no Estado, prova disso o Grupo Minerva começou com as instalações na região da mata, Grupo Independência, Grupo Maggi, Cooperativas de Produtores. Enfim, as maiores indústrias de carne do Brasil estão todas se instalando no Estado de Rondônia. E eu creio que quando todas essas indústrias estiverem funcionando, com certeza elas serão parceiras dos produtores, porque hoje o criador de gado está trabalhando no vermelho. Infelizmente a diferença de preço de arroba ainda é muito grande, assustador com relação a Rondônia, Mato Grosso e o Estado de São Paulo. E nós sabemos que há pouco tempo houve uma auditoria no Estado de técnicos da OIE e técnicos do Chile. Precisamos realmente, que essas indústrias hoje que tem um potencial grande industrial, de exportação, tenham condições de exportar nossa carne e derivados do leite para as grandes regiões como a

Europa e como o próprio Chile. Mas é necessário Sr. Presidente ainda, mesmo que o IDARON tenha uma função extraordinária, o IDARON hoje tem um trabalho que muitas as vezes, os próprios produtores reclamam pelas exigências, pelas exigências hoje que o IDARON faz na questão da vacinação contra a febre aftosa e das suas orientações frente aquele Instituto. Mas há pouco tempo, o Chile ainda acha que Rondônia não tem um serviço de defesa sanitária animal confiável, o relatório da auditoria do Chile fez algumas observações ao Estado de Rondônia e todos nós sabemos da seriedade que o IDARON trabalha com relação a esses serviços de defesa sanitária animal. A seriedade que todos os fiscais fazem frente àquela Agência de Defesa Sanitária Animal.

Por isso Sr. Presidente, eu vou fazer várias solicitações ao Governo do Estado para que as instalações físicas, infra-estrutura, melhoria de ambiente, a informatização total do IDARON, a contratação de novos funcionários e aí vai abrir mercado de trabalho para técnicos agrícolas, para médicos veterinários, para engenheiros agrônomos.

Então hoje o IDARON realmente tem uma grande necessidade, uma necessidade de pessoal, com isso o Governo do Estado vai dar uma condição melhor para esse Instituto, porque hoje a economia da carne representa a quarta maior fonte arrecadadora de ICMS do Estado. Então é importante a gente estar preocupado com esse setor e fazendo defesas com relação a essa atividade. O IDARON realmente está precisando reforçar o seu quadro de pessoal e é por isso que eu venho a esta Tribuna apresentar essa solicitação para que o Governo do Estado abra um concurso público de imediato para atender as necessidades de pessoal da Agência de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, o IDARON. Mas Sr. Presidente, um assunto que me preocupa e que ao longo da minha história como servidor público e hoje como deputado estadual, um grande assunto que eu gostaria aqui de falar nesta Tribuna é sobre o jovem rural. Preocupa-me em que a juventude do campo não querem mais ficar no campo, e nós percebemos que não é falta de alternativa de renda para o povo na área rural, não é falta de alternativas produtivas no campo que realmente não motiva os filhos dos agricultores a ficarem na sua propriedade. Hoje nós temos o café que hoje no mercado normal oferece aí uma condição de R\$ 150,00 (cento e cinquenta), até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) o preço da saca. É possível se produzir hoje no Estado de Rondônia de 50, 60 sacas por hectare desde que faça o manejo adequado e eu também estou fazendo uma solicitação aos bancos oficiais, Banco do BASA, Banco do Brasil, ao Governo do Estado com relação à questão da irrigação da lavoura cafeeira no Estado. Nossas lavouras nesses últimos dois anos vêm tendo uma perda de safra muito grande em função, exatamente no período principal em que a lavoura flora, vai entrar na parte de granação falta chuvas e aí a perda vai lá embaixo, é necessário a gente realmente, discutir essa questão da irrigação do café. Já conversei com o Superintendente do Banco do Brasil, do Superintendente do BASA, tem alguns entraves na questão do licenciamento ambiental, está sendo construída uma parceria com a SEDAM, para que não seja exigida a licença ambiental para que o produtor possa adquirir o seu equipamento de irrigação de café. Hoje nós temos os técnicos da EMATER, técnicos da Secretaria de Agricultura, técnicos da EMBRAPA que durante esses últimos 4, 5 anos percorrem todo o Estado de Rondônia fazendo palestras, dias de campos, dias especiais, mostrando para o produtor rural como que faz uma poda, é necessário adubação e agora a gente percebe também que é necessário a irrigação, principalmente nos períodos em que a chuva não acontece no período mais importante que é a época da floração da lavoura cafeeira. Nós temos hoje na pecuária de leite que mantém hoje quase as mesmas condições dos Estados fortes na área da pecuária leiteira como Goiás, Minas Gerais, Estado de São Paulo, Estado do Paraná. Hoje o preço do leite resfriado, pelo menos, eu vi isso essa semana na zona da mata custa R\$0,43 centavos, a média nacional é R\$0,45 centavos. Então nós não estamos muito distantes de preço de leite do mercado nacional e nós temos a felicidade de que indústrias importantes como em Ji-Paraná, que vão ser inaugurada duas indústrias de leite em pó, têm uma indústria de leite condensado na zona da mata, então as indústrias que agregam mais valores estão acontecendo, estão instaladas no Estado de Rondônia graças ao esforço do Governador Ivo Cassol, da Secretaria de Estado da Agricultura que oferece incentivos fiscais, redução de ICMS durante 10 anos, senão

essas indústrias não estariam instaladas aqui no Estado. Então a pecuária leiteira também é uma alternativa para o jovem rural. Hoje o nosso custo de produção está em torno de R\$0,20 à R\$0,23, o preço do leite, se nós vendermos o leite a R\$0,43 à R\$0,40 nós vamos ter uma margem de lucro de renda líquida quase 100%r:. Nós temos uma piscicultura, hoje uma alternativa para o produtor rural já está aprovado, comprovado que criar peixe dentro de uma tecnologia reduzindo custos é possível você ter uma renda no campo, nós temos a apicultura, a Secretaria de Agricultura junto com a EMATER Deputado Jesualdo distribuiu mais de 1.500 colméias e treinou mais de 600 filhos de agricultores para desenvolver atividade na área de apicultura, fomentando caixas, treinando filho do agricultor, linhas de crédito hoje temos no Estado inteiro todas as linhas do PRONAF, PRONAF-A, PRONAF-B, PRONAF-C, nós temos também outras alternativas culturas anuais, nós temos a fruticultura, nós temos a horticultura, então nós temos alternativas produtivas no campo. O que é que está acontecendo, a questão de estradas, a questão de energia no campo e se Deus quiser este ano nós vamos poder ver as empresas que ganharam a licitação do lixo para todos, pelo menos atingir a meta porque no Governo do ano passado não atingiram, veio uma empresa de Santa Catarina que ganhou o pacote geral de todo o projeto de lixo para todos, subempreitou no Estado de Rondônia e não conseguiu fazer nem 10% do que estava previsto. Este ano eu quero parabenizar que as empresas a maioria delas que ganharam o processo licitatório da questão de eletrificação rural são de Rondônia, então parabéns por isso são empresas já do ramo, sérias que realmente já provaram que tem capacidade técnica, tem capacidade de construir a obra, porque essa questão de eletrificação rural no Estado é muito séria, muitas empresas ganham a obra e não dão conta de fazer, deixam a obra pela metade, demoram a fazer e o agricultor está lá esperando a rede para poder montar sua subestação e nada acontece. Então com certeza eu acho que nós vamos ter que fiscalizar e cobrar da CERON que é a instituição hoje que faz a licitação e que é a executora direta "Luz Para Todos". A questão de estradas, o Governo do Estado repassa dinheiro para os 52 (cinquenta e dois) municípios nunca houve isso Deputado Tucura, nunca houve isso no Estado de Rondônia através do FITHA são repassados recursos para os 52 municípios recuperar as suas estradas vicinais para o produtor escoar a produção. Então Sr. Presidente, o que é que me leva a discursar hoje com relação porque o jovem não quer ficar no campo, o quê que está acontecendo? Será que são as mordomias da cidade, da área urbana? Eu vi em Rolim de Moura, na região da Zona da Mata o grupo Independência que estão gerando mais de mil empregos diretos, o grupo Maggi mais de mil empregos, o Minerva vai contratar mais de mil empregos e a juventude do campo tudo saindo para trabalhar nos frigoríficos. Acordam 3 horas da manhã, vão esperar o ônibus para ir para os frigoríficos, mas não querem ficar no campo e ter uma vida mais saudável, e tem uma vida mais tranqüila. Então eu estive pensando Sr. Presidente e quero fazer solicitações a Secretaria de Estado da Educação, eu acho que o modelo, a metodologia hoje, o ensino para o filho do agricultor é totalmente inadequado, não estimula o filho do agricultor a ficar no campo, é o ensino que realmente expulsa o filho do agricultor a ir para a cidade, porque a grade curricular hoje oferecida para os cursos médios tem muita pouca coisa de agricultura, tem muita metodologia para estimular o filho do agricultor a ficar na sua propriedade rural. E a minha preocupação. Os nossos agricultores já estão todos de meia idade, estão iguais a nós já acima dos seus quarentão. Quem vai cuidar da agricultura, nós temos que, realmente, fazer solicitações, ações para que nós possamos estimular a juventude a ficar no campo. Lá no Nordeste às vezes nem justifica o filho do agricultor ficar no campo Deputado Jesualdo, V.Ex^a, que é descendente de pernambucano como eu também sou, ainda hoje a minha mãe tem um pedaço de terra onde eu nasci. Lá tem uma certa resistência que os pais não estimulam os filhos e, às vezes os filhos são obrigados a sair em busca de outras alternativas, porque muitas vezes os pais não são os grandes motivadores. Ah, meu filho não vai ficar aqui não, é sofrimento, é sol, é chuva, é dificuldade, além disso, têm realmente as dificuldades lá que chove muito pouco, não tem as alternativas que eu citei, que Rondônia tem, o campo lá realmente sofre, tem região que chove e quando chove, chove cem milímetros por ano, aqui em Rondônia chove dois mil milímetros por ano. Lá não tem um serviço de assistência técnica que tem aqui em

Rondônia, a EMATER lá quase não existe, só existe para distribuir bolsa família para o povo. Não vão as propriedades, não ajuda vacinar fêmeas contra brucelose, não tem projetos de inseminação, não tem projeto de distribuição de semente, não tem horaad:-máquina para atender o agricultor.

Aqui em Rondônia nós temos agora o PROMEC que atende cinco horas de graça cada sitiante, e eu quero parabenizar o Governador por esta ação que falava antes de ser eleito no seu primeiro mandato, está cumprindo, vai reiniciar daqui a uns 15 dias esse grande projeto que já está em ação há mais de 4 anos distribuindo sementes de arroz, de milho, de feijão, o montante de recursos que nós temos para financiamento. Há época que eu estava na Secretaria criamos o FIDER, financiamento mais de R\$7.000.000,00(sete milhões de reais) no Banco BASA, recursos arrecadados nessas indústrias incentivadas para apoiar as associações, as cooperativas no limite de até R\$50.000,00(cinquenta mil reais), com o juro até de 4% ao ano sem mais nenhuma taxa de correção, quer dizer, juros compatíveis com a nossa realidade. Esse dinheiro está no Banco da Amazônia, tem dinheiro sobrando no Banco da Amazônia e do FNO, são mais de R\$280.000.000,00(duzentos e oitenta milhões de reais), previsto para Rondônia esse ano, Banco do Brasil também só na área do DRS, na área da piscicultura tem mais de R\$20.000.000,00(vinte milhões de reais), para atender o Estado de Rondônia. Então, com todas essas alternativas...

O SR. PRESIDENTE(Neodi Carlos) – Deputado V.Exª. dispõe de 1 minuto.

O SR. LUIZ CLAUDIO – Eu sei que ainda um dos grandes gargalos da agricultura brasileira, da agricultura de Rondônia é a questão do mercado, é a questão de preço e preço só tem alguns produtos que é regulamentado como é a questão do feijão, a questão do arroz e do milho que tem preço mínimo, inclusive para Rondônia é um desastre, o nosso preço mínimo está muito distante da nossa realidade, quem determina o preço mínimo é o Governo Federal. Então na verdade nós temos que estimular o jovem a ficar no campo. Será que está faltando lazer, eu creio que um dos grandes problemas é exatamente na questão da educação rural, a nossa grade curricular está totalmente inadequada, não estimula e nem motiva. Eu fico triste quando passo nas linhas e só vejo escolas fechadas, ainda bem que foi criada as escolas pólos. Mas, a maioria das Prefeituras estão transportando os alunos para a cidade, para vir estudar na cidade e o aluno não quer mais voltar para o campo, sendo que o campo tem exatamente, o maior campo de emprego, é o maior campo de alternativas viáveis para os nossos jovens que hoje aí estão sonhando em ser empresários, em serem pequenos agricultores.

O SR. PRESIDENTE(Neodi Carlos) – Deputado o tempo de V.Exª. esgotou.

O SR. LUIZ CLAUDIO – Por isso Sr. Presidente que eu venho a esta Tribuna fazer esse alerta em conclamar a esta Casa para nos ajudar a ver o quê que podemos fazer juntamente com os produtores, com a EMATER, com as Prefeituras de forma a motivar mais e que o jovem rural ele possa despertar a sua vocação para ficar no campo. Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) - Solicito ao senhor 1º Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Procedendo à leitura das proposições recebidas.

ORDEM DO DIA

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO – Ao Sr. Governado do Estado a necessidade de viabilizar a construção para a implantação de uma creche no Distrito de Vista Alegre do Abunã, município de Porto Velho;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO – Ao Sr. Governador do Estado a necessidade de disponibilizar um trator para atender às

comunidades do baixo Madeira na abertura de ruas e estradas no município de Porto Velho/Ro;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MIGUEL SENA – Ao Governador do Estado para a criação de Defensoria Pública no município de Nova Mamoré;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MIGUEL SENA – Ao Sr. Governador do Estado da necessidade de disponibilizar uma patrulha mecânica para o município de Nova Mamoré;

- PROJETO DE LEI DA MESA DIRETORA – Que altera, modifica e dá nova redação aos dispositivos da Lei nº1509, de 08 de agosto de 2005;

- PROJETO DE LEI DA MESA DIRETORA – Que dá nova redação e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 326, de 10 de novembro de 2005;

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO NEODI CARLOS – Que dá nova redação ao caput e o parágrafo 2º do artigo 188 do Regimento Interno e acrescenta o parágrafo 3º ao mesmo artigo;

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO – Requer a realização de Sessão Itinerante no Distrito de Extrema da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MIGUEL SENA – Ao Sr. Governador do Estado sobre a necessidade de liberar maquinários para fazer um apelo na linha C-115, travessão B-20, no município de Alto Paraíso;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MIGUEL SENA – Ao Sr. Governador do Estado a necessidade de reformar parte da Escola Estadual de Ensino Fundamental Bela Vista;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES – Ao Poder Executivo da necessidade de efetuar reformas na Escola Estadual XV de Novembro, de Presidente Médici; ~

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES – Ao Poder Executivo da necessidade de efetuar reformas na Escola Estadual Aluizio Ferreira, em Ji-Paraná;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES – Ao Poder Executivo da necessidade de efetuar reformas na Escola Estadual Emílio Gastarrazu Médici, em Presidente Médici.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES – Ao Poder Executivo da necessidade de efetuar reformas na escola Estadual Marcos Bispo, em Ji-Paraná;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZ CLAUDIO – Ao Poder Executivo da necessidade de construir uma sede do IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia, no município de Governador Jorge Teixeira;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZ CLAUDIO – Ao Poder Executivo da necessidade de realização de concurso público para atender necessidades da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON.

Lidas as matérias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Não há matéria para ser deliberada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Quero registrar a presença do Sr. Jorge Sales, vereador do município de Jorge Teixeira e em nome do Deputado Valdivino Tucura, cumprimentar também e agradecer a presença do Sr. Márcio, presidente da Associação Rural Lá da Linha-8 e também do seu Menzaque ex-vereador, ex-presidente da Câmara de Cacoal.

Passemos às Comunicações Parlamentares, com a palavra pelo tempo de até 5 minutos sem apartes o ilustre Deputado Tiziu Jidalias, está abrindo mão, passemos agora a palavra ao Deputado Alex Testoni, também está ausente.

Vamos conceder a palavra ao Deputado Chico Paraíba nas Comunicações Parlamentares. Por um tempo de cinco minutos sem aparte.

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

O SR. CHICO PARAÍBA – Senhor Presidente, eu queria cumprimentar nossos amigos que estão aqui presentes: o nosso Presidente da Câmara João Valdivino, cumprimentar o Airton Artiaga, vereador, cumprimentar o Dejacir, nosso grande companheiro lá de Ministro Andrezza. E dizer o seguinte Presidente, esses companheiros que estão aí, estão vindo inclusive, para solicitar e cobrar algumas emendas parlamentares que nós já tínhamos assumido o compromisso desde o ano passado.

Eu queria pedir para V.EX^a. que eu acho que é o momento de sentar com o Governador e definir de fato quais os compromissos que nós vamos assumir com as comunidades. Então, eu queria de qualquer forma dizer para os vereadores que estão presentes, que nós tínhamos um compromisso o ano passado de liberar algumas emendas, mas em função de uma série de atropelos como vocês já conhecem principalmente o período eleitoral. Que já fazem cem dias de Governo, e que a gente possa discutir inclusive, com o Governador. É uma coisa séria, sincera de, olho no olho e os compromissos que a gente assumiu naquelas comunidades para agente não se desgastar muito. Eu tenho falado que os nossos políticos, nós estamos em desgaste porque o planejamento no Brasil é do faz de conta, o orçamento é dividido em doze meses, e na realidade os recursos seja do Governo Federal, seja dos Estados, as emendas são liberadas já no final dos dozes meses sem nenhum planejamento, sem nenhum compromisso, e sem nenhum respeito pelas comunidades.

Então eu queria pedir para V.EX^a. como Presidente desta Casa, que já após esses cem dias, eu estive com o Governador lá na SEPLAD até porque eu importuno muito pouco o Governador, eu acho que durante o ano inteiro eu devo ter conversado com o Governador uma vez, ou duas vezes no máximo e eu só vou discutir as coisas de interesse.

Eu queria que V.EX^a. pudesse encaminhar já depois desses cem dias, esse momento de discussão porque ficamos numa situação difícil, é cobrança das comunidades, dos vereadores eles vão lá prometem também no nosso nome, e fica ruim para a gente. E quando o Deputado é de primeiro mandato na realidade ele pode chegar lá e dizer o que ele quiser, porque ele está começando, mas a gente que já está com vários mandatos, a gente fica rotulado como mentiroso, que promete as coisas e não cumpre. E eu pediria aos nobres companheiros que estão chegando com sua experiência que de fato a gente voltar naquele mesmo local, eu não tenho ido Presidente, em nenhum dos municípios praticamente porque eu só vou descer quando eu de fato estiver alguma coisa definida para que possamos levar. Porque como eu já conversei muito na minha vida política, então se eu chegar lá repetindo a mesma coisa sem levar alguma coisa de concreto, aí eles dizem - lá vem o Chico Paraíba de novo com a mesma cara, mas velho do que era, mas feio do que era, e mais mentiroso ainda". Então eu queria pedir para V.EX^a. que interviesse em nosso favor nesses questionamento. No mandato passado o senhor, tenho uma condição totalmente diferente, porque o senhor era como suplente e Líder do Governo numa situação difícil, hoje o Sr. é Deputado, eleito e ainda Presidente da nossa Casa.

Era isso que eu pediria Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Questão de ordem.

Parabenizo o Deputado Chico Paraíba, quando tem a preocupação Deputado em questão às emendas e quero dizer aos

vereadores de Médici; nós já tivemos Deputado Chico Paraíba essa conversa com o Governador que também é uma preocupação nossa, de todos os deputados, com certeza os vinte e quatro deputados preocupados com essa questão das emendas, que aquilo que a gente quer Deputado, realmente nós não temos a caneta na mão, mas nós temos a condição de reivindicar e apresentar as emendas, o Governador nos garantiu, Deputado Chico Paraíba, que a partir de junho agora, já começa a liberação das emendas nós esperamos eu tenho certeza que o nosso Governador irá cumprir com essa emendas, aqui do ano de 2007.

Vou finalizar com a palavra por um tempo de cinco minutos, o ilustre Líder do Governo Deputado Euclides Maciel, cinco minutos sem aparte.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Senhor Presidente, demais companheiros Deputados, imprensa, em nome do companheiro de Cacoal Menzaque, nós agradecemos a todos que vem nos prestigiar nestas Sessões.

Eu gostaria Senhor Presidente, de falar um caso absurdo que está acontecendo com o Comando da Polícia Militar do Estado de Rondônia, em alguns lugares eu vou citar mais precisamente a cidade de Cacoal. Para o Sr. ter uma base Presidente, um PM já foi indicado, cinco vezes, para medalha de honra, honra ao mérito no caso, é algum bom serviço prestado, ou um destaque em alguma coisa feita como policial e que conta ponto na carreira do policial, é isso Deputado Wilber? Conta ponto, mas só que está acontecendo um caso absurdo lá, quem faz o ato heróico, o ato de um verdadeiro policial recebe pelo menos as honras, mas na hora de entregar a medalha não vai para o policial e vai para um oficial que está dentro do quartel. Cinco vezes já aconteceu isso na cidade de Cacoal, e é de se lamentar. Porque eu sempre digo, nada contra oficiais, mas tem coisas que a gente não admite, não se aceita, primeiro o policial, é ele quem está na rua, é o policial que está lá na frente na hora para evitar o crime e proteger o cidadão, na hora que ele consegue alguma coisa para melhorar o seu currículo ele não recebe a medalha. E a esse mesmo foi dito o seguinte – você não vai receber porque na sua ficha não tem bom comportamento. O pior é que foram ver a ficha do mesmo policial e o comportamento dele é exemplar. Por isso que nós queremos fazer esse apelo, Sr. Presidente, para que isso seja passado ao Comando Geral, que seja esse que tiver trabalho que seja homenageado, mas de fato independente se ele é soldado, cabo, sargento. Não precisa ser oficial para receber qualquer tipo de medalha. Nós fazemos este apelo.

Agora, Sr. Presidente, nós vamos ser brindados uma vez mais com novo aumento das tarifas de telefone fixo. O novo contrato da telefonia fixa no Brasil está prestes a sair. Por exemplo, a cobrança atual por pulso, um pulso no caso 4 minutos, em média custa R\$0,12 (doze centavos), ou seja, R\$0,03 (três centavos) por minuto. Com a nova modalidade de cobrança por minuto, um minuto R\$0,10 (dez centavos) em média, ou seja, dez centavos o minuto. Ou seja, o valor do minuto vai passar de uma média de R\$0,03 (três centavos) para R\$0,10 (dez centavos), o que representa um aumento médio de 233%, mais que triplicando o preço das ligações locais. É vergonhoso, num País onde nós vemos o salário do trabalhador e você saber que a telefonia fixa vai aumentar em 233%, isso é um caso de polícia e é inadmissível porque não podem de maneira nenhuma achar que o povo está nadando em dinheiro e está aí a situação do povo brasileiro.

Eu gostaria, Sr. Presidente, nós estaremos indo domingo a Fortaleza e a Brasília pela TV Assembléia o único lugar no Brasil onde ela está funcionando 24 horas com programação é a TV Assembléia de Fortaleza. Ou seja, no Ceará, e nós vamos trazer o molde acompanhado do Diretor que vai nos acompanhar para trazer os estudos e começarmos logo uma programação da TV Assembléia, e em Brasília com o engenheiro que deverá trazer aqui para nós o quanto antes essa TV Assembléia, que possamos mostrar o que está acontecendo aqui dentro no trabalho dos nossos demais colegas.

Na outra semana, Sr. Presidente, nós estaremos falando alguma coisa sobre terras devolutas, e nós, após um estudo de um advogado

jornalista Sr. Arlindinho fez um estudo com 80 anos e nós vamos trazer aqui para esta Assembléia este discurso e vamos passar em mãos um projeto sobre terras devolutas ao Sr. Presidente. Era o que tínhamos. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente sessão, convoco sessão extraordinária no prazo de 20 minutos, a fim de apreciar as seguintes matérias:

- **PROJETO DE LEI DA MESA DIRETORA** que altera, modifica e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 1.509, de 08 de agosto de 2005;

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA MESA DIRETORA** que dá nova redação e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 326, de 10 de novembro de 2005.

Convoco as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento para reunião conjunta a fim de apreciar as referidas proposições.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se esta sessão às 11 horas e 18 minutos)

ATOS DIVERSOS

ATO/ADM/GP/Nº 1436/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº 326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

BEATRIZ PRATA DE ARAÚJO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Parlamentar, código AP-10, na Área Administrativa da Presidência, a partir de 1º de maio de 2007.

Porto Velho, 20 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1473/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

ALTERAR

A lotação para 1ª Secretária, do servidor **GERSON ESTOLANO DE ANDRADE**, que exerce o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-18, a partir de 26 de abril de 2007.

Porto Velho, 27 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1167/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

ALTERAR

A lotação para Área Administrativa da Presidência, do servidor **JOSE DIONISIO COSTA DA SILVA**, que exerce o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 11 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1056/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RETIFICAR

O ATO/ADM/GP/Nº0994/2007, que nomeou o servidor **MARCOS VINICIUS DA SILVA SOUSA**, publicado no Diário Oficial da ALE-RO nº 38, pagina 755, de 12 de abril de 2007, promovendo a seguinte alteração:

ONDE SE LÊ:

MARCOS VINICIUS DA SILVA SOUSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, no Departamento de Polícia Legislativa, no período de 1º a 30 de abril de 2007.

LEIA-SE:

MARCOS VINICIUS DA SILVA SOUSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, na Divisão de Transporte, no período de 1º a 30 de abril de 2007.

Porto Velho-RO, 30 de março de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1113/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº 326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

OSVALDO NAZARENO SILVA BARBOSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-05, no Gabinete do Deputado Neodi Carlos, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 09 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1427/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

A L T E R A R

A lotação para Área Administrativa da Presidência, do servidor **PERMÍNIO DE CASTRO DA COSTA NETO**, que exerce o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-24, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 19 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1166/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

A L T E R A R

A lotação para Área Administrativa da Presidência, do servidor **RONALDO BORGES BAYLÃO**, que exerce o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-24, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 11 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1165/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

A L T E R A R

A lotação para Área Administrativa da Presidência, do servidor **RUBSON GADELHA NASCIMENTO**, que exerce o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-15, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 11 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1164/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

SAIONARYA LEÃO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Parlamentar, código AP-11, no Gabinete do Deputado Neodi Carlos, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 11 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1014/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

R E T I F I C A R

O ATO/ADM/GP/Nº0995/2007, que nomeou o servidor **SEMILTON DOS SANTOS FERNANDES**, publicado no Diário Oficial da ALE-RO nº 38, folha 755, de 12 de abril de 2007, promovendo a seguinte alteração:

ONDE SE LÊ:

SEMILTON DOS SANTOS FERNANDES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, no Departamento de Polícia Legislativa, no período de 1º a 30 de abril de 2007.

LEIA-SE:

SEMILTON DOS SANTOS FERNANDES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, na Divisão de Transporte, no período de 1º a 30 de abril de 2007.

Porto Velho-RO, 26 de março de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1193/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

A L T E R A R

O código para AP-25 + G.R.G., do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, que a servidora **CINTHIA JANAINA CORDEIRO VELOSO**, exerce no Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 12 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1188/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

E X O N E R A R

EDNILDO NEVES DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 12 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1189/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

EXONERAR

LIRIANE SOUZA CEZAR, do Cargo de Provisão em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 12 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1194/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

ALTERAR

O código para AP-27 + G.R.G., do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, que a servidora **ODISSEA CORDEIRO VELOSO**, exerce no Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 12 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1190/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

EXONERAR

PAULO CESAR DOS SANTOS, do Cargo de Provisão em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 12 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1192/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

EXONERAR

SILVIA CAVICCHIOLI FONSECA, do Cargo de Provisão em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 12 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1195/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

ALTERAR

O código para AP-09 + G.R.G., do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, que a servidora **VANIA DE LOURDES TEODORA MUNHOZ**, exerce no Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a partir de 1º de abril de 2007.

Porto Velho, 12 de abril de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1462/2007

O SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 78, da Lei Complementar nº. 68, de 09 de dezembro de 1992 e Resolução nº. 115/05, de 23 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 06 a 08/04/07, ao servidor **ADÃO ALVES FILHO**, cadastro nº012808-4, Cargo de Assistente Técnico, lotado no Departamento de Polícia Legislativa, para deslocar-se a Ji-Paraná – RO, para prestar serviços a esta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 01221/2007.

Porto Velho, 25 de abril de 2007.

Francisco Carlos de Almeida Lemos
Secretário Geral Adjunto da ALE-RO
ATO/ADM/GP/Nº003/2007

ATO/ADM/GP/Nº1494/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 78, da Lei Complementar nº. 68, de 09 de dezembro de 1992 e Resolução nº. 115/05, de 23 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias no período de 06 à 11/05/2007 ao Deputado Estadual **EUCLIDES MACIEL DE SOUZA**, cadastro nº 12182-2, para deslocar-se a Brasília – DF e Fortaleza - CE, para acompanhar o processo da TV Assembléia e Rádio do Legislativo, de acordo com orientação do Ministério das Comunicações, conforme Processo nº. 1744/2007.

Porto Velho, 03 de maio de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1440/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 78, da Lei Complementar nº. 68, de 09 de dezembro de 1992 e Resolução nº. 115/05, de 23 de dezembro de 2005,

R E S O L V E:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 01 à 05/03/2007, aos servidores relacionados, para deslocar-se ao município de Ouro Preto D'Oeste - RO, para fazer segurança do Parlamentar desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 0617/2007.

Cad. 12583-2
Nome **Edílson Crispin Dias**
Cargo Asses. Parlamentar
Lotação DEPOL

Cad. 12394-3
Nome **Paulo Sergio da Silva**
Cargo Asses. Técnico
Lotação DEPOL

Porto Velho, 23 de abril de 2007.

- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira
Presidente

ATO/ADM/GP/Nº. 1493/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 78, da Lei Complementar nº. 68, de 09 de dezembro de 1992 e Resolução nº. 115/05, de 23 de dezembro de 2005,

R E S O L V E:

Conceder 06 (seis) diárias no período de 06 à 11/05/2007, ao servidor **JOSÉ SERGIO CAMPOS**, cadastro nº. 12201-0, Assessor Parlamentar, para deslocar-se a Brasília – DF e Fortaleza - CE, para acompanhar o processo de implantação da TV Assembléia e Rádio do Legislativo, de acordo com orientação do Ministério das Comunicações, conforme Processo nº. 1743/2007.

Porto Velho, 03 de maio de 2007.

Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira
Presidente

ATO/ADM/GP/Nº 1491/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 78, da Lei Complementar nº. 68, de 09 de dezembro de 1992 e Resolução nº. 115/05, de 23 de dezembro de 2005,

R E S O L V E:

Conceder 06 (seis) diárias no período de 06 à 11/05/2007, ao servidor **RONI CLEBER VIANA DA CRUZ**, cadastro nº 012556-0, Cargo de Diretor do Departamento de Comunicação Social,

para deslocar-se a Brasília - DF, para acompanhamento do processo de implantação da TV Assembléia e Rádio do Legislativo, já iniciado e que depende de contatos com engenheiros e outros modelos de TVs e rádios de outros Estados, conforme orientação do Ministério das Comunicações, conforme Processo nº. 1742/2007.

Porto Velho, 02 de maio de 2007.

Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira
Presidente

ATO/ADM/GP/Nº 1492/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 78, da Lei Complementar nº. 68, de 09 de dezembro de 1992 e Resolução nº. 115/05, de 23 de dezembro de 2005,

R E S O L V E:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 10 à 11/05/2007, aos servidores relacionados, para deslocar-se aos Distritos de Vista Alegre do Abunã e Fortaleza do Abunã - RO, para participarem de reuniões temáticas na área Urbana e Rural, no sentido de viabilizar subsídio para efetivar um melhor desempenho parlamentar, bem como disponibilizar mecanismos que atendam as reais necessidades dos moradores, conforme Processo nº. 1741/2007.

Cad. 12295-3
Nome **Sebastião de Araújo Barreto**
Cargo Asses. Parlamentar
Lotação Gab. Dep. Néri Firigolo

Cad. 965-6
Nome **Antônio Carlos Gomes de Sousa**
Cargo Assist. Técnico Legislativo
Lotação Gab. Dep. Néri Firigolo

Porto Velho, 02 de maio de 2007.

- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira
Presidente

ERRATA

No Diário nº 55 de 15 de maio de 2007, página 1108,

ONDE SE LÊ:

§ 3.A Comissão deverá se instalar no prazo de 05 (cinco) dias após a nomeação de seus membros”.

LEIA-SE:

§ 6º. A Comissão deverá se instalar no prazo de 05 (cinco) dias após a nomeação de seus membros”.